

Status: Preprint has not been submitted for publication

PUBLIC POLICY, GOVERNMENT PROGRAMS AND EDUCATION IN THE TRAJECTORY OF THE PSDB IN THE STATE OF SÃO PAULO (2007-2018)

Hilda Maria Gonçalves Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2083>

This preprint was submitted under the following conditions:

- The authors declare that they are aware that they are solely responsible for the content of the preprint and that the deposit in SciELO Preprints does not mean any commitment on the part of SciELO, except its preservation and dissemination.
- The authors declare that the research that originated the manuscript followed good ethical practices and that the necessary approvals from research ethics committees are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the necessary Terms of Free and Informed Consent of participants or patients in the research were obtained and are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the preparation of the manuscript followed the ethical norms of scientific communication.
- The authors declare that the manuscript was not deposited and/or previously made available on another preprint server or published by a journal.
- The submitting author declares that all authors responsible for preparing the manuscript agree with this deposit.
- The submitting author declares that all authors' contributions are included on the manuscript.
- The authors declare that if the manuscript is posted on the SciELO Preprints server, it will be available under a [Creative Commons CC-BY](#) license.
- The deposited manuscript is in PDF format.
- If the manuscript is being reviewed or being prepared for publishing but not yet published by a journal, the authors declare that they have received authorization from the journal to make this deposit.

Submitted on (YYYY-MM-DD): 2021-04-05

Posted on (YYYY-MM-DD): 2021-04-09

ARTIGO

POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMAS DE GOVERNO E EDUCAÇÃO NA TRAJETÓRIA DO PSDB NO ESTADO DE SÃO PAULO (2007-2018)

HILDA MARIA GONÇALVES DA SILVA¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2877-0536>

RESUMO: Esta pesquisa buscou compreender qual característica política tem prevalecido na escolha dos paulistas, para governar o estado mais populoso e mais rico do Brasil, uma vez que o Partido da Social Democracia – PSDB, tem governado o estado de São Paulo desde o ano de 1995. Mais especificamente, o objetivo foi compreender as permanências e os avanços do planejamento da política educacional entre 2007 e 2018. Para estabelecer tal entendimento o trabalho aqui desenvolvido, utilizou-se da pesquisa documental, estudou, mais especificamente, o estatuto e o programa do partido e os programas de governo dos últimos dez anos. Trata-se de um recorte de trabalho original, o qual compõe uma pesquisa de Livre Docência sobre política educacional, defendida em 2019. A análise documental evidenciou, no perfil dos governantes da última década, a opção por uma política liberal e tecnocrata, bem como a manutenção de um estilo político saudosista e pouco combativo. Na educação, prevalece a centralização do planejamento, a descentralização da execução e a responsabilização local pelos resultados.

Palavras-chave: Política Paulista, Programas de Governo, Estilo Político, Política Educacional.

PUBLIC POLICY, GOVERNMENT PROGRAMS AND EDUCATION IN THE TRAJECTORY OF THE PSDB IN THE STATE OF SÃO PAULO (2007-2018)

ABSTRACT: This research sought to understand which political characteristic has prevailed in the choice of paulistas, to govern the most populous and wealthiest state in Brazil, since the Social Democracy Party - PSDB, has governed the state of São Paulo since 1995. More specifically, the objective was to understand the permanences and advances in the planning of educational policy between 2007 and 2018. To establish such an understanding, the work developed here, used documentary research, studied, more specifically, the party's statute and program. and government programs of the past ten years. This is an excerpt from the original work, which is part of a Free Teaching research on educational policy, defended in 2019. The documentary analysis showed, in the profile of the leaders of the last decade, the option for a liberal and technocratic policy, as well as the maintenance of a nostalgic and little combative political style. In education, centralization of planning, decentralization of execution and local accountability for results prevails.

Keywords: Paulista Politics, Government Programs, Political Style, Educational Politics.

¹ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, São Paulo (SP), Brasil. <hilda.silva@unesp.br>

, POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMAS DE GOBIERNO Y EDUCACIÓN SOBRE LA TRAYECTORIA DEL PSDB EN EL ESTADO DE SÃO PAULO (2007-2018)

RESUMEN: Esta investigación buscó comprender qué característica política ha prevalecido en la elección de los paulistas, para gobernar el estado más poblado y rico de Brasil, desde que el Partido Socialdemocracia - PSDB, gobierna el estado de São Paulo desde el año 1995. Más Específicamente, el objetivo fue comprender las permanencias y avances en la planificación de la política educativa entre 2007 y 2018. Para establecer tal entendimiento, el trabajo aquí desarrollado utilizó la investigación documental, estudió, más específicamente, el estatuto y el programa del partido y el gobierno. programas de los últimos diez años. Este es un extracto del trabajo original, que forma parte de una investigación de la enseñanza libre sobre política educativa, defendida en 2019. El análisis documental mostró, en el perfil de los gobernantes de la última década, la opción por una política liberal y tecnocrática, así como el mantenimiento de un estilo político nostálgico y poco combativo. En educación prevalece la centralización de la planificación, la descentralización de la ejecución y la rendición de cuentas local por los resultados.

Palabras clave: Política Paulista, Programas de Gobierno, Estilo Político, Política Educativa.

QUADRO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

As políticas públicas delineadas pelos governos são concebidas no quadro das concepções ideológicas dos partidos políticos, os quais são constituídos no âmbito da sociedade civil. No momento em que os representantes de determinado partido são escolhidos pelo conjunto da sociedade para a tarefa de governar, eles passam a desenvolver e implementar aquelas políticas concebidas no espectro de seu arcabouço ideológico. As propostas de políticas públicas assim delineadas se constituirão nas balizas que irão nortear todo o processo de elaboração dos planejamentos em todos os segmentos do governo estabelecido: saúde, segurança pública, educação etc.

Assim, torna-se importante verificar quais foram as proposituras que os governos apresentaram em suas plataformas eleitorais, buscando apreender a relação entre o perfil ideológico do programa do partido ao qual pertencem e seus respectivos programas de governo. Em seguida vale olhar particularmente para uma das áreas desses programas, em particular, neste artigo, o recorte será o programa para educação. Essa análise de conjunto favorece o entendimento do processo de elaboração das políticas públicas e das concepções que orientam o planejamento público, em geral e o planejamento da educação em específico.

É esse planejamento, resultado da concepção/orientação política do governo que deverá ser executado na implementação dos programas promovidos pelo governo vigente. Compreender essa dinâmica das escolhas, por sua vez é outro aspecto importante, pois consiste em apreender no âmbito dos programas, quais políticas foram adotadas dentre as opções por agir, ou deixar de agir, frente às demandas públicas que se fizeram presentes na conjuntura em que os candidatos se elegeram.

No campo teórico e metodológico, os estudos sobre política pública remetem a duas abordagens conceituais: a estatista e a multicêntrica. Celina Souza traz contribuições no sentido de adentrarmos ao tema sob o ponto de vista estatista:

[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

As colocações de Souza remetem a uma abordagem estatista de política pública, uma vez que traz como parâmetro conceitual, o agente da política. Isto é, considera a política pública como aquela atividade cujos atores são os representantes do Estado, os governos.

Theodoulou (1995; p. 2-4), também defensora dessa abordagem, entende ainda que a política pública decorre da ação dos atores governamentais. Esta ação se distingue entre, de um lado, aquilo que os governantes tencionam fazer e, de outro, aquilo que realmente fazem. Dessa forma para apreender o quadro das políticas públicas mais atentamente, deve-se identificar e compreender tanto a atividade, quanto a inatividade dos governantes.

Uma outra abordagem conceitual, multicêntrica, entende que as políticas públicas se definem, como tal, pela abrangência do seu atendimento no âmbito da sociedade civil. Ou seja, o que caracteriza uma política como pública são a composição e o objetivo em si dessa política. Nessa abordagem, a pergunta que se coloca é se a política a ser implementada visa a atender ao interesse público.

Nesse sentido, para a concepção multicêntrica, diversamente da estatista, a iniciativa para as proposituras de uma política que visa a atender ao interesse público tem origem nas mais diferentes organizações: desde as privadas, não governamentais, multilaterais, dentre outras, até as governamentais.

Nessa linha de pensamento, Secchi (2013, p. 22-28) defende que a caracterização de uma política como pública está relacionada a sua questão de fundo, ou seja, aos seus objetivos, direcionamento e segmento atendido. Assim concebidas, as políticas públicas são, para esse autor, todas aquelas ações que buscam dar resposta a um problema de interesse público. Essa abordagem traz uma ampliação

significativa para o campo de estudo da política pública e o torna bem mais complexo, o que exige um cuidado metodológico redobrado dos pesquisadores.

Compreendem-se a relevância da abordagem multicêntrica para estudos efetuados no âmbito mais estendido das políticas públicas estabelecidas no seio da sociedade civil. Contudo, a análise aqui empreendida teve seu campo de ação restrito à política pública governamental, na medida em que o seu recorte foram os programas de Governo do Estado de São Paulo. Considerou-se mais oportuna a opção pelo entendimento de Souza (2006, p.26), acima referido no sentido de subsidiar a tarefa de compreender o perfil de política pública adotada pelos governantes do estado de São Paulo na última década.

Nas linhas a seguir este estudo se ocupou da análise dos programas de governo das gestões de José Serra (2007-2010) e Geraldo Alckmin (2011-2014 e 2015-2018). E, em seguida, fez-se um recorte no programa para a educação, implementado pelas referidas gestões.

O PSDB E SUA TRAJETÓRIA NO GOVERNO DE SÃO PAULO: 24 ANOS DE PODER

Historicamente, o Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB surgiu no ano de 1988 e resulta de uma dissidência ocorrida no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, a qual foi protagonizada por um grupo de parlamentares que se declaravam adeptos dos ideários de uma esquerda mais progressista. Assim, a origem do novo Partido teria sido provocada por discordâncias ideológicas, em especial por alianças realizadas, à época, entre o PMDB e adeptos da direita e da centro-direita. (LAMOUNIER, 1989).

Contudo, a trajetória do PSDB nos anos subsequentes ao seu surgimento demonstrou que os motivos da ruptura foram muito mais pragmáticos do que propriamente ideológicos. De fato, os dissidentes se ressentiam muito mais pelo que consideravam um reduzido espaço de poder que ocupavam no interior do PMDB, do que por um desconforto proveniente de qualquer convicção ideológica.

Tal assertiva é evidenciada, quando se observa o caráter pragmático da política psdebista. Por exemplo, alguns anos após a criação do Partido, com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, o PSDB fez coligações à direita, com o Partido da Frente Liberal – PFL e com o próprio PMDB. (ROMA, 2002, p. 72-73).

O debate acadêmico acerca do tema aponta nesse sentido. De acordo com Roma:

Há três elementos importantes que influenciaram na decisão de fundar o PSDB e que ainda não foram devidamente considerados. O primeiro é o pouquíssimo espaço político que o governo Sarney concedeu aos políticos fundadores deste partido. O segundo é a exclusão destes políticos do processo sucessório à presidência da República. Já o terceiro elemento articula-se, de forma estratégica, com os anteriores, pois consiste na abertura de um mercado de eleitores de centro descontentes com o governo federal. (ROMA, 2002, p. 73).

No ato de sua fundação, o novo partido se apresentou como signatário dos princípios políticos da social democracia. Em sua caracterização, o PSDB se define como um partido alinhado aos princípios democráticos, comprometido com a luta pela justiça social e pelo equilíbrio capital-trabalho. Lê-se em seu estatuto, no Capítulo II “Dos objetivos e dos princípios programáticos do partido”, logo no Artigo 2º:

O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais. (ESTATUTO, 1988, p. 2).

O estatuto de fundação de um partido é um documento importante, bem como os princípios nele declarados. Tais princípios constituem a essência do ideário do partido e deveriam estar presentes

em suas proposituras e programas de governo e, mais ainda, em suas ações, quando são alçados ao exercício do poder e da governança.

A defesa do pluralismo de ideias e do exercício da participação e da representatividade, valores inscritos no artigo 2º do estatuto do PSDB são relevantes especialmente no âmbito das políticas sociais. Nesse sentido, a fim de assegurar a coerência entre o ideário dos seus pressupostos fundacionais e a práxis exercida no poder, as políticas públicas sociais implementadas pelos governos do PSDB devem ser pautadas pelos princípios declarados em seu estatuto.

Os princípios expressos no estatuto do PSDB estão presentes de modo bastante genérico no seu programa de partido, na medida em que este não traz detalhes sobre sua plataforma, notadamente no que concerne às políticas sociais e, até mesmo, sobre seus compromissos nessa matéria. A análise dos programas de governo ajuda apreender esse ideário.

No debate aqui proposto, cumpre inicialmente destacar que o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB ocupa o poder no Governo do Estado de São Paulo desde 1995 até os dias de hoje, tendo sido reeleito no ano de 2018, para mais quatro anos de mandato à frente do governo estadual. São vinte e quatro anos de vigência no poder em nível estadual, sob o ideário de uma mesma concepção ideológica traduzida nos programas do Partido - PSDB.

Desse modo a apreciação dos programas de governo visando a delinear alguns dos seus contornos, bem como de suas propostas no âmbito das políticas públicas, contribui para entender algumas das características da política pública que tem prevalecido no exercício do poder no estado de São Paulo.

Nesse cenário, consideram-se pertinente a investigação de alguns dos aspectos, seja do estilo, seja da cultura política adotada durante as gestões dos governantes psdebistas. A partir dessas questões, atinentes à política pública e aos seus desdobramentos, buscou-se descrever as linhas gerais da proposta política do PSDB e dos programas dos governos paulistas. Privilegiou-se nesse estudo a análise dos últimos dez anos.

OS PROGRAMAS DE GOVERNO DAS GESTÕES DE JOSÉ SERRA (2007-2010) E GERALDO ALCKMIN (2011-2014 E 2015-2018)

Foram analisados os documentos elaborados pelos candidatos do PSDB, para as gestões 2007-2010; 2011-2014 e 2015-2018, desenvolvidas nos governos de José Serra e nos dois mandatos dos governos de Geraldo Alckmin, respectivamente. Tais programas são elaborados para subsidiar as gestões governamentais e pressupõem-se que estejam ancorados pelos princípios norteadores do partido que seus governantes representam, devendo ainda atender aos dispositivos constitucionais.

As eleições para o governo do Estado de São Paulo no ano de 2006, resultaram na vitória de José Serra. Isso, naquele momento, garantiu ao PSDB a continuidade de mais quatro anos de governo, o que viria somar ao poder já exercido pelo partido, por um período de doze anos. Foi o primeiro governador paulista a vencer uma eleição em primeiro turno e com votação recorde, no Estado. Nesse sentido, a vitória de José Serra não deixou sombra de dúvidas, quanto à escolha dos paulistanos, para o quadriênio 2007-2010.

O Programa de Governo de José Serra se inicia fazendo um retrospecto à década de 1980, para rememorar a gestão de Franco Montoro à frente do governo de São Paulo, no período de 1983-1986. Vale lembrar que se tratava de uma gestão do PMDB, partido ao qual Serra ainda estava filiado naquele momento. José Serra não foi apenas aliado e membro do mesmo partido de Montoro, mas naquele momento coordenou a elaboração do seu Programa de Governo e foi seu Secretário de Economia e Planejamento.

Há um tom saudosista nessa redação introdutória do Programa de Serra, uma supervalorização das ações implementadas nas gestões precedentes. Apresentou-se, por exemplo, alguns dados comparativos entre 1980 e 2005, sobre saúde e educação, enaltecendo os números para aquele ano final do período comparado. De fato, os números apresentaram melhora significativa.

Contudo, é necessário levar em conta que entre 1980 e 2005, passaram-se mais de vinte anos de gestão nessas áreas sociais. Nesse sentido, seria de se esperar que o longo prazo, bem como um

cenário nacional e internacional, muitas vezes favorável, promovessem a melhora apontada pelos números. E, finalmente, vale lembrar que os dados para educação no final da década de 1970, colocavam o Brasil em condição vergonhosa de escolaridade. Não tínhamos sequer universalizado o acesso ao ensino fundamental.

Permeia a redação do Programa uma visão otimista, tanto em relação ao trabalho a ser feito pelo governo proposto, quanto em relação aos governantes que o antecederam. É uma opção de estilo bastante interessante, uma vez que não há depreciação de qualquer tipo, ou agressividade na combinação do discurso. Trata-se de uma retórica equilibrada, quase mansa. Observa-se, de modo expresso no texto, a valorização do conhecimento técnico e da experiência como atributos importantes de um governo e de sua equipe gestora.

A descrição mais específica da proposta de governo destacou vários temas sob a forma de tópicos. São eles: - Educação; - Trabalho; - Trabalho e Rendimentos; - Funcionalismo estadual; - Saúde; - Segurança: combate ao crime organizado; - Segurança: combate ao ambiente carcerário deletério; - Segurança: combate à sensação de insegurança; - Gestão/e-Gov; Cultura; - Juventude; - Esportes; - Portadores de deficiência; - Desenvolvimento social; - Habitação; - Economia e Planejamento; - Ciência e tecnologia e inovação; - Inclusão digital; - Desenvolvimento regional; - Turismo; Agricultura; - Energia, Recursos hídricos e Saneamento; - Meio ambiente; - Principais investimentos em transporte.

Alguns temas são objeto de descrição mais detalhada. Note-se que no caso da segurança, por exemplo, os próprios tópicos elencados anteriormente já sugerem esse maior detalhamento. Em relação ao transporte, embora esteja descrito em tópico único, muitos enunciados foram dedicados a esse tema. As questões relativas ao transporte foram as que mereceram mais elocução do programa de José Serra. Foram 240 linhas em cinco páginas e meia dedicadas principalmente ao assunto Metrô, mas se tratou também de rodovias, ferrovias e hidrovias.

Está presente no discurso que permeia o programa de José Serra a valorização da educação como elemento fundamental para o desenvolvimento de um país. Esse discurso pode ser evidenciado em ao menos dois excertos retirados do programa: “Nossa grande prioridade estratégica em São Paulo, como no Brasil, é a educação básica, por tudo que ela representa para o desenvolvimento do país e de cada cidadão brasileiro” (SERRA, 2006, p.3). Em outra passagem do texto José Serra considera que “a educação é estratégica para o desenvolvimento humano, social e econômico de São Paulo e do Brasil” (SERRA, 2006, p.7).

É importante observar ainda que o discurso aqui citado possui algumas inconsistências em relação ao processo de elaboração e implementação dos programas sociais, em geral, e educacionais, em particular. Essas inconsistências ocorrem especialmente no que se refere à autonomia e participação dos diferentes agentes públicos na idealização e elaboração dos programas.

Uma boa parte do discurso adotado no texto do programa de governo guarda semelhança com aquele adotado na redação dos programas educacionais. Dentre esses o mais conhecido e longo é o Programa “São Paulo Faz Escola”.

Nesse sentido, José Serra declarou a importância de se promover a qualidade de ensino e declarou ser esta uma questão fundamental “para os avanços que se pretende na sociedade”. (SERRA, 2006, p.7). Essa afirmação coaduna com o discurso, utilizado na apresentação do Programa “São Paulo Faz Escola”, no qual Governador e Secretária da Educação declaram ter como foco envidar esforços para promover a melhoria da qualidade de ensino. (SÃO PAULO, 2007b).

Em relação às inconsistências entre os Programas de Governo apresentados e o processo de sua elaboração e implementação, um dos aspectos relevantes consiste no tema da autonomia na gestão. Tomemos como exemplo o setor das políticas educacionais, especificamente o Programa “São Paulo Faz Escola”. É possível observar nesse Programa de Governo, de modo textual, o compromisso de investir na promoção do fortalecimento da escola “garantindo sua autonomia, capacidade de gestão e condições físicas, materiais e tecnológicas como meio de atingir padrões adequados de qualidade”. (SERRA, 2006, p. 7).

Não obstante, a autonomia da instituição escolar não foi objeto de ação mais efetiva por parte deste Governo, seja na idealização, seja na elaboração do Programa “São Paulo Faz Escola”. O que se observou foi a centralização das decisões referentes aos encaminhamentos do programa, restando para os agentes do nível da rua – diretores, coordenadores e docentes, a tarefa de operacionalização do

planejado (SILVA 2019). Para além do exemplo utilizado, em outros programas sociais os caminhos adotados não diferem muito do diagnóstico descrito acima.

Finalmente, chama atenção o destaque conferido a cada um dos temas abordados no Programa de José Serra, conforme observado anteriormente. Nesse sentido, causa estranheza que, apesar de declarar a importância da educação nas diferentes dimensões de atuação do governo, textualmente o Programa se dedicou bem mais à descrição de suas ações e preocupações em temas como Transporte e Segurança.

O sucessor de José Serra, Geraldo Alckmin, foi eleito por dois mandatos consecutivos e apresentou dois Programas de Governo. O primeiro para o exercício de 2011 até 2014 e o segundo referente ao mandato para a gestão de 2015 até 2018. Tais programas guardam algumas diferenças entre si, além de semelhanças substantivas.

No seu programa de governo, para o exercício 2011-2014, Alckmin utiliza a primeira pessoa durante toda a primeira página. Fala de sua experiência política, de suas ações, dos seus princípios, em relação ao exercício do poder no âmbito do executivo. É somente na segunda página que passa ao uso da primeira pessoa do plural, indicando a existência de um candidato à vice, bem como de um grupo político em torno da Campanha.

É ainda sob o uso da primeira pessoa do plural que o Programa destaca as obras efetuadas pelo governo anterior, de seu parceiro de partido, José Serra. Tal uso implica incluir-se nos feitos da gestão anterior. Essa estratégia é semelhante à utilizada por José Serra em seu Programa, especialmente, ao abordar as ações do governo Franco Montoro, conforme mencionado anteriormente. Assim como no Programa de seu antecessor, Alckmin utiliza um tom bastante equilibrado no discurso, elegante, quase manso. Ademais o discurso de Geraldo Alckmin enaltece o partido e seus princípios, como pode ser observado nos seguintes excertos:

A atenção aos prefeitos, o atendimento aos municípios, o cuidado com as pessoas, o respeito aos Poderes Legislativo e Judiciário são marcas dos governos do PSDB. [...] Administrar com visão de futuro, para o PSDB, é acelerar os programas iniciados, criar novos projetos, levar São Paulo à frente. (ALCKMIN, 2010, p. 3).

Ao longo do texto do Programa de Geraldo Alckmin para o exercício 2011-2014, a educação deixa de figurar como tema de destaque, em relação aos demais, diferentemente do que ocorrera no Programa de Governo de seu antecessor, José Serra. O Programa de Alckmin confere destaque à questão do desenvolvimento sustentável, incluindo nessa rubrica os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e humanos.

O detalhamento de cada tema nesse Programa foi descrito na forma de tópicos. AS temáticas descritas em maior número de tópicos foram saúde, transporte e infraestrutura respectivamente, com destaque para a saúde, que pode estar, de algum modo, pessoalmente relacionado ao fato de se tratar de um candidato que é médico de formação. Foram vinte e sete tópicos para descrever as diretrizes pretendidas em saúde e dezenove dedicados ao transporte e infraestrutura. As diretrizes para a educação se encontravam sintetizadas em treze tópicos.

Em relação às diretrizes elencadas para a educação é importante destacar o espaço dedicado à preocupação com a formação para o mercado, ou seja, relacionada mais diretamente ao mundo do trabalho. Dos treze tópicos supramencionados seis estavam, de alguma forma, relacionados à formação para o trabalho.

Diferentemente do Programa 2015-2018, o Programa de Governo apresentado por Geraldo Alckmin para o exercício 2011-2014 foi bastante sucinto. O texto todo somou apenas dezoito páginas. Comparado ao Programa apresentado para o quadriênio subsequente, o qual contou com cinquenta páginas, pode-se afirmar que o primeiro Programa economizou nas palavras. Esse fato é observado também na comparação com a extensão do texto do Programa de José Serra, descrito em páginas anteriores, o qual somou quarenta e cinco páginas.

A diferença de extensão dos textos, contudo, não provocou alterações substanciais na linha ideológica de nenhum dos três programas aqui mencionados. Esses Programas têm em comum, primeiramente, um perfil liberal na perspectiva do liberalismo político e econômico, principalmente num

espectro ideológico cujos princípios são a democracia formal, o individualismo, a liberdade do mercado, a redução do Estado e uma concepção empresarial das instituições públicas (BOBBIO, 2000, p.686-705).

Além de se identificarem pelo fato de pertencerem a governantes do mesmo partido, o PSDB, apresentam um discurso harmonioso, pouco combativo, ou mesmo provocativo. Há também em comum um discurso afinado com os feitos de seus antecessores. Por fim, observa-se uma argumentação no sentido da valorização dos aspectos técnicos da gestão pública.

A citação de um excerto do Programa de Geraldo Alckmin, para a gestão 2015-2018 é ilustrativa das características supramencionadas. Senão vejamos:

Temos compromisso com nossos cidadãos e com o futuro. Trabalhamos diariamente por uma sociedade mais justa e pela **melhoria da vida de cada indivíduo**. Fazemos isso com investimentos e com **maior eficiência** e qualidade dos serviços públicos. Mas vamos colocar cada vez mais **ênfase nos resultados**. Sabemos que é importante saber gastar e saber gastar bem, **economizando recursos públicos**. Aqui em São Paulo gastamos bem e procuramos **medir o resultado** do que fazemos. Vamos reforçar ainda mais isso. Porque o que interessa é a **melhora da vida de cada cidadão**. (ALCKMIN, 2014, p.7). (grifo nosso)

Observe-se a escolha de expressões como “cada indivíduo” e “cada cidadão” e termos como “eficiência” e “resultados”. Tais expressões e termos evidenciam uma visão individualista dos sujeitos que compõem a sociedade e deixam transparecer a concepção de uma administração empresarial para a gestão pública. E por fim a preocupação demonstrada em “economizar recursos públicos” e em promover a aferição de “resultados”, fornece indícios da coerência com a defesa da redução do Estado.

O Programa de Geraldo Alckmin para a gestão 2015-2018 tem o título “Aqui é São Paulo”. O texto é voltado para descrever um estado que se difere dos outros, para melhor. Tal direcionamento é explicitado em uma das passagens do texto “Aqui é São Paulo e quase tudo funciona melhor” (ALCKMIN, 2014, p.2). Há, mais uma vez subliminarmente ao texto, o objetivo dentre outros, de valorizar os governos anteriores, uma vez que foram exercidos pelo PSDB.

Neste Programa foram delimitadas algumas diretrizes gerais e programáticas para abordar as diferentes ações pretendidas por esta gestão. Em relação às diretrizes gerais, estas se encontram assim distribuídas:

1- “Programas Especiais” as quais definem os serviços públicos de saúde, educação, segurança e mobilidade urbana, como prioritários.

2- “O cidadão e o Estado” voltada para ampliar o atendimento do Poupa Tempo, nas áreas de atuação consideradas prioritárias.

3- “São Paulo não deixa ninguém para trás” dedicado à profissionalização dos jovens, no ensino médio, que pode ser traduzido no direcionamento da formação para o mercado.

4- “Integração Regional” visa priorização do governo das regiões menos desenvolvidas, permitindo identificar uma tendência à focalização dos serviços públicos, a qual pode ser observada também na diretriz anterior, que conforme declarado tem como prioridade os jovens de “família mais simples”.

5- “Integração Governamental” com o objetivo declarado de integrar os sistemas das diferentes Secretarias do governo para “otimizar” os serviços prestados pelo Estado.

6- “Transparência e Participação” voltado para o acompanhamento, pelos Conselhos Estaduais, dos diversos indicadores disponibilizados pelo Estado.

7- “Aqui é São Paulo”, a última diretriz geral descrita no Programa, identificada com a descrição já mencionada anteriormente, de um estado diferenciado, com destaque aqui para a letra do texto “em todas as ações do governo deverão ser observados os princípios de “terra de oportunidades, inovação, protagonismo e solidariedade”. (ALCKMIN, 2014, p. 8-9).

No que se referem às diretrizes programáticas, observam-se uma composição por meio de quatro eixos, assim expressos: “Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano e Regional e, por fim, Gestão para o Desenvolvimento”, (ALCKMIN, 2014, p.9). Esses eixos, conforme declara o texto, estruturaram e compuseram as propostas de ação de cada área. Essas propostas estão distribuídas em tópicos no interior dos eixos e inseridas dentro de subitens.

A área de educação está inserida nos eixos: “Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável”. É curioso observar a ausência do termo educação no eixo. Mas a referência à vinculação da política educacional nesta área se faz por dedução, uma vez que o título dos tópicos referentes ao tema é: “Ensino Profissionalizante e Ensino Superior”. Ademais, está inserida no subitem “Ações para o desenvolvimento econômico”. (Programa Alckmin 2014, p. 20; 22).

É expressiva a quantidade de tópicos dedicados à educação. Nesses tópicos sobressai, conforme já mencionado, a preocupação com a formação para o trabalho e, mais especificamente, para o mercado. São ao menos onze tópicos, dedicados à descrição de ações voltadas para contemplar essa demanda de inserção do jovem no mercado de trabalho.

Assim como observado no Programa de governo de José Serra, nesse Programa de Geraldo Alckmin se declara a intenção de “fortalecer a gestão democrática e participativa na rede estadual de ensino”. Reforça-se aqui a constatação, já apontada na descrição do Programa de José Serra, da inconsistência presente entre discurso e prática. Ou seja, observam-se novamente a incompatibilidade entre as palavras proferidas no discurso e o que realmente ocorreu ao longo do processo de idealização, elaboração e implementação do programa “São Paulo Faz Escola”, conforme revelam os documentos da Secretária Estadual de Educação, analisados em pesquisa específica sobre o referido Programa (SILVA, 2019).

ESTILO POLÍTICO DO GOVERNANTE

Com o objetivo de enriquecer a compreensão acerca do ambiente no qual foram gestadas as políticas públicas, foram analisados alguns aspectos de estilo característicos dos governos de José Serra e Geraldo Alckmin. Isso foi realizado por meio de um olhar personalizado sobre os atores que se movimentaram naquele espaço político, como protagonistas do poder executivo estadual.

Pretendeu-se apreender o caráter político predominante entre os gestores dos governos do PSDB no estado de São Paulo, ou seja, entender qual teria sido o comportamento político que tais gestores adotaram para dirigir o estado mais rico e mais populoso do nosso país. Isso requer um olhar para o estilo político dos governantes. Nesse sentido Frey aponta que:

[...] o interesse de estudos pode ser direcionado para a análise do estilo político que predomina dentro de um sistema político-administrativo, ou para os processos de negociação entre governo e sociedade civil. Esses padrões de caráter mais geral, presentes em todas as modalidades de ação política, representam condições que delimitam o comportamento dos atores individuais, estando estes, por sua vez, reproduzindo permanentemente esses padrões de comportamento nas suas ações cotidianas. (FREY, 2000, p.235).

Para esse autor a análise do estilo político como uma variável independente permite ao estudioso das políticas públicas:

[...] colocar em primeiro plano a questão de como programas - o resultado material de processos de decisão - podem ser influenciados por estilos políticos concretos. [Desse modo torna-se possível] pensar na implementação de um projeto ou programa político específico, por exemplo um projeto de reciclagem de lixo ou um programa de geração de emprego, ora realizado por um governo de caráter mais participacionista, fundamentando o processo de implementação em uma ampla participação da sociedade, ora realizada por um governo de caráter mais tecnocrata, apostando primordialmente no conhecimento técnico da administração e impondo o projeto de cima para baixo e conforme critérios exclusivamente técnicos (FREY, 2000, p.239).

De acordo com Frey (2000), o olhar voltado para o estilo singular de cada um dos atores políticos que protagonizam o governo permite identificar “padrões de comportamento político”. Tais padrões são indicadores importantes, na medida em que a sua compreensão ajuda a revelar aspectos da dinâmica que ocorre nesse complexo processo político. Como ainda observa Frey, isso tudo “repercuta na qualidade dos programas e projetos políticos elaborados e implementados”. (FREY, 2000, p. 235).

Nessa perspectiva, empreendeu-se um olhar sobre os discursos de posse dos governantes José Serra e Geraldo Alckmin. Os discursos de posse se configuram como documentos de uma riqueza ímpar na medida em que, nesse dia especial, os gestores são os depositários das expectativas que a sociedade quer ver realizadas, por meio do cumprimento das promessas de campanha. Tais promessas precisam agora ser traduzidas nos programas e, nesse sentido, a fala do governante no ato de posse deve indicar os caminhos a serem trilhados para o cumprimento de um bom governo.

A análise dos discursos permitiu revisitar alguns dos aspectos da trajetória realizada no exercício dos mandatos de Serra e Alckmin. Desse modo, foi possível identificar determinados padrões de comportamento que influenciaram os caminhos percorridos na implementação das políticas sociais por eles adotadas, dentre aquelas cuja demanda se optou por atender.

Em seu discurso de posse, em janeiro de 2007, José Serra enfatizou a preocupação com o aspecto da ética na política, criticou a corrupção e os arranjos políticos. O Governador destacou também seus feitos na Prefeitura de São Paulo e o sucesso do Plano Real de Fernando Henrique Cardoso. É possível observar na fala de Serra, de um lado a preocupação em fazer uma tessitura da imagem do partido, o PSDB. De outro lado, tece a imagem do próprio governador como personagem público de relevância nacional.

No âmbito mais técnico, a fala de José Serra permite identificar uma tendência tecnocrata, uma característica sempre presente nos governos do PSDB. Ao criticar o que denominou de loteamentos político-fisiológicos, chamou a atenção a menção que o Governador fez ao seu secretariado, o qual já havia sido anunciado em momento anterior. “[...] o melhor time possível [...], os secretários têm vocação política, mas têm aptidão técnica”. (SÃO PAULO, 2007a, ONLINE). Essa menção deixou transparecer o que ficaria evidenciado no exercício do poder. Sua equipe “técnica” foi formada majoritariamente por pessoas que já haviam exercido cargos políticos em outras gestões do PSDB, ou de partidos aliados.

O discurso de posse de Geraldo Alckmin, em janeiro de 2011 evidencia ao menos duas peculiaridades de Geraldo Alckmin que influenciariam o exercício de sua gestão. De um lado, o Governador constrói uma imagem de homem comum, “um servidor público”, cujo perfil é mais gestor e menos político.

De outro lado, o Governador faz um discurso enaltecendo o estado de São Paulo e, ao longo de seu governo, posiciona-se enfaticamente, sempre colocando São Paulo como o centro do país. Esse posicionamento escamoteia a condição real do serviço público oferecido por esse estado, na medida em que os indicadores demonstram que ocorreu, nos últimos anos, uma perda histórica da posição de destaque que São Paulo ocupou, por exemplo, na educação básica, em relação aos demais estados brasileiros.

Em janeiro de 2015 o discurso de posse de Geraldo Alckmin, para o segundo mandato, não apresentou um perfil muito diferente do pronunciamento de 2011. Talvez seja possível destacar alguma conotação religiosa, especialmente ao falar da primeira dama. A influência da religiosidade do Governador, um católico fervoroso, também é uma característica que marca seu estilo de governar.

As características do “servidor público” observadas em Geraldo Alckmin, marcariam os posicionamentos do Governador ao lidar com alguns confrontos com o funcionalismo público, por exemplo. Embora, prevaleça aí o perfil do PSDB de conter esses movimentos, por meio da força, essencialmente a policial, Geraldo Alckmin, quando confrontado sobre o uso excessivo da força nessas situações, reagia como se o problema fosse uma questão de gestão. Ou seja, este era entendido como um problema técnico com o governo qual lidava, ora advertindo o responsável pela ação gestora no setor, ora por meio da troca do gestor no comando, naquele momento conflituoso. O Governador chegou a acatar a demissão do Secretário da Educação em 2015, diante de um confronto com estudantes do Ensino Médio.

Trata-se aqui da identificação de um estilo político individual, o qual revela padrões de ação da personalidade que está no poder (FREY, 2000, p.238-239). Isso porque, os confrontos dos movimentos grevistas e protestos com José Serra se tornavam mais pessoais. José Serra apresentava menos habilidade em utilizar o discurso do problema técnico e o discurso moralista adotado, por vezes, na gestão de Geraldo Alckmin.

Dois aspectos permitem constatar a identidade de estilos presente nos dois políticos, Alckmin e Serra, o que pode ser revelador do estilo político do partido ao qual pertencem os políticos,

no caso o PSDB. Tais aspectos consistem, primeiro, no resgate saudosista dos feitos de seus correligionários políticos em gestões anteriores. Segundo, revelam-se no perfil tecnocrata das gestões realizadas pelo partido, seja no âmbito estadual, seja no municipal, ou federal.

O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em setembro de 2007, o governo estadual paulista apresentou o Programa “São Paulo Faz Escola” e a Proposta Curricular a partir da qual teve origem o atual Currículo do Estado de São Paulo. A Proposta Curricular foi idealizada para atender à demanda pedagógica dos anos finais do ensino fundamental, que compreende o período entre os 6º e 9º anos, etapa denominada à época de “Ensino Fundamental II”, bem como deveria atender à demanda do período de três anos do ensino médio. Assim, tendo origem no ano de 2007, lá se vão, portanto, doze anos do lançamento da referida Proposta Curricular.

O documento de apresentação da Proposta Curricular paulista trazia de modo expresso a preocupação da Secretaria de Educação do Estado, no sentido de buscar a melhoria a qualidade da educação. O texto apontava para a insuficiência da universalização do ensino, uma vez que o simples acesso não garantia a função inclusiva. Vinculava a qualidade da educação a sua real democratização, de modo a reduzir distâncias sociais e culturais. É o que se observa no excerto descrito a seguir:

Para que a democratização do acesso à educação tenha uma função realmente inclusiva não é suficiente universalizar a escola. É indispensável a universalização da relevância da aprendizagem. Criamos uma civilização que reduz distâncias, que tem instrumentos capazes de aproximar as pessoas ou de distanciá-las, que aumenta o acesso à informação e ao conhecimento, mas que também acentua diferenças culturais, sociais e econômicas. Só uma educação de qualidade para todos pode evitar que essas diferenças constituam mais um fator de exclusão. (SÃO PAULO, 2008, p.5).

A melhoria da qualidade da educação básica pública é, de fato, um desafio a ser enfrentado por qualquer governo preocupado em garantir a real democratização dessa política social. No estado de São Paulo essa qualidade é oficialmente monitorada por meio do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saesp. Desse modo, o Saesp, representa um recorte daquilo que o governo de São Paulo considera qualidade curricular na formação dos estudantes da escola básica.

O Programa São Paulo Faz Escola destacou o Saesp como um dos principais orientadores dessa política pública. Esse destaque para o sistema de avaliação paulista foi recorrente em vários outros programas, destinados à educação, ao longo desses vinte e quatro anos do PSDB no governo. Desse modo, faz-se necessário discorrer sobre algumas das principais características do Saesp e de seus desdobramentos, naquele programa.

Esse sistema de avaliação externa foi instituído em 1996 e permanece ativo até os dias atuais. O perfil desse sistema tem forte identidade com os governos do PSDB, ademais foi instituído na gestão de Mário Covas, num governo desse partido político. Essa identidade se deve, entre outros fatores, ao fato de se tratar de governos caracterizados pela supervalorização do caráter técnico da gestão e pelas ações identificadas com o fenômeno do “Estado Avaliador”, o qual busca reduzir gastos, fiscalizar e controlar os resultados das instituições públicas. Nesse sentido, o Saesp se configura essencialmente como um sistema de verificação de resultados, num processo de responsabilização dos agentes públicos do nível da rua, assim designados os professores, coordenadores e diretores das instituições de ensino.

O Saesp, contudo, foi instituído sob a bandeira de se configurar como um instrumento de orientação dos programas do governo, voltados para a educação. Esses programas teriam dentre suas preocupações essenciais a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela rede estadual paulista. Desse modo, desde o ato de instituição desse sistema de avaliação um dos seus objetivos declarados, consiste em orientar políticas públicas para a educação paulista e auxiliar a melhoria da qualidade do ensino. Nessa perspectiva, na Resolução que instituiu o Saesp, lê-se dentre os objetivos e razões para a criação desse Sistema:

[...] desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, que subsidie a Secretaria da Educação nas tomadas de decisão quanto à Política Educacional do Estado; [...] a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola, em especial a correção do fluxo escolar; [...] a imprescindibilidade de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado no Estado de São Paulo; a importância de subsidiar o processo de tomada de decisões que objetivem melhoria da administração do sistema educacional através de resultados avaliativos cientificamente apurados (SÃO PAULO, 1996, s/n).

Após mais de vinte anos da criação do Saresp, a orientação das políticas públicas para a educação permanece como um dos principais objetivos declarados desse sistema de avaliação. Entretanto o Saresp ainda parece ter dificuldade em assumir concretamente essa sua atribuição. É possível observar essa dificuldade por meio do insucesso das políticas, declaradamente, originadas, dessas orientações. Insucesso esse revelado nos desempenhos obtidos, na própria trajetória do Saresp.

Nesse sentido, os dados da linha histórica das avaliações do Saresp, descritos nos quadros de 1 a 4 enumerados a seguir, revelam a permanência da dificuldade em melhorar qualidade do desempenho da rede estadual, no intervalo de uma década, nas duas etapas de ensino abarcadas pelo Currículo Oficial, quais sejam: 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio.

Quadro 1: Comparativo entre os desempenhos, para Língua Portuguesa, dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental no Saresp entre 2007 e 2016

Níveis de desempenho	Língua Portuguesa - níveis %					
	2007	2018	2011	2012	2015	2017
Abaixo do básico	22,7%	26,1%	28,0%	28,5%	21,7%	20,1%
Básico	46,5%	56,4%	55,0%	55,9%	56,2%	54,1%
Adequado	24,3%	15,6%	15,2%	14,0%	19,3%	21,9%
Avançado	6,5%	1,9%	1,8%	1,6%	2,8%	3,9%

Elaborado pela autora, a partir dos dados do Saresp disponíveis em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html>. Acesso em: 12/12/2018.

Quadro 2: Comparativo entre os desempenhos, para Língua Portuguesa, dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio no Saresp entre 2007 e 2016

Níveis de desempenho	Língua Portuguesa - níveis %					
	2007	2008	2011	2012	2015	2017
Abaixo do básico	39,6	32,9	37,5	34,4	34,4	30,4
Básico	39,2	37,7	38,4	38,8	38,0	37,1
Adequado	21,1	28,5	23,4	26,3	27,0	31,7
Avançado	0,1	0,9	0,7	0,5	0,5	0,8

Elaborado pela autora, a partir dos dados do Saresp disponíveis em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html>. Acesso em: 12/12/2018

Quadro 3: Comparativo entre os desempenhos, para Matemática, dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental no Saresp entre 2007 e 2016

Níveis de desempenho	Matemática - níveis %					
	2007	2008	2011	2012	2015	2017
Abaixo do básico	49,8%	34,5%	33,8%	36,6%	24,0	23,2%
Básico	44,8%	53,9%	55,9%	53,2%	60,5	61,4%
Adequado	5,1%	10,2%	9,3%	9,1%	13,9	13,6%
Avançado	0,4%	1,3%	1,0%	1,0%	1,7	1,8%

Elaborado pela autora, a partir dos dados do Saresp disponíveis em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html>. Acesso em: 12/12/2018

Quadro 4: Comparativo entre os desempenhos, para Matemática, dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio no Saresp entre 2007 e 2016

Níveis de desempenho	Matemática - níveis %					
	2007	2008	2011	2012	2015	2017
Abaixo do básico	71,0	54,3	58,4	55,8	44,4	46,6
Básico	24,7	40,5	37,1	39,4	49,7	48,7
Adequado	3,7	4,8	4,2	4,5	5,6	4,3
Avançado	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4

Elaborado pela autora, a partir dos dados do Saresp disponíveis em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html>. Acesso em: 12/12/2018

Os dados dos quadros acima permitem observar que, de modo geral, são muito tímidos os avanços de desempenho apresentados nessa série histórica das avaliações. Ou seja, ao longo desses dez anos, esperava-se que houvesse um avanço constante e significativa nas performances dos estudantes da rede pública estadual, contudo, o quadro geral é de oscilação, com poucos avanços.

É importante nos determos um pouco mais na análise dos quadros da série histórica de dez anos do Saresp. Sobre os níveis de desempenho, vale lembrar que, uma boa educação, no que se refere à performance, deveria ter a maioria dos seus estudantes entre os níveis “adequado e avançado”, o nível “básico” é o limite do aceitável e, finalmente, é de se esperar que, após uma política de dez anos voltada para a melhoria da performance, nenhum estudante esteja “abaixo do básico”.

Os quadros 1 e 2 mostram os desempenhos, em Língua Portuguesa, dos estudantes do nono ano do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio, respectivamente. Ao observar as linhas, referentes a cada nível de desempenho ao longo do período de 2007 até 2017, nota-se que não há uma linearidade de queda, nem tampouco de avanço das performances; essas oscilam hora para mais, hora para menos em todos os níveis de desempenho. Quando comparamos os números da segunda coluna (2007), com os da última coluna (2017) verificamos um tímido avanço ao longo dos dez anos de implementação do Programa São Paulo Faz Escola, o qual, é necessário lembrar, foi, declaradamente, criado, principalmente, com base nos resultados do Saresp. Ainda num comparativo de desempenhos entre os anos de 2007 e 2017, em relação ao nível “Adequado”, quando se coteja os percentuais de estudantes, do nono ano em língua materna, constata-se que houve queda de 24,3, para 21,9 por cento, embora esses percentuais apresentem crescimento, em termos da série histórica. No ensino médio por sua vez, o nível “Adequado” apresenta um avanço de 21,1 para 31,7 por cento de estudantes, resultado

que está longe de ser motivo de comemoração, uma vez que era de se esperar um resultado, pelo menos acima dos 50%.

Essa digressão permitiu situar o Saresp, enquanto sistema de monitoramento dos resultados da ação pública. Possibilitou ainda identificar o uso desse sistema como meio de legitimar o discurso de qualidade proferido pelos governantes, a fim de justificar a instituição de determinadas políticas públicas educacionais.

A observação dos dados revelados anteriormente permite afirmar que, apesar de os governos declararem reiteradamente, a utilização do Saresp como sistema de avaliação orientador das políticas educacionais implementadas nessa última década, tais medidas não têm conseguido contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Ressalte-se que tais afirmações e constatações se fundamentam nos parâmetros de medição da qualidade assumidos pelo próprio governo do Estado de São Paulo. Desse modo, é possível afirmar que o discurso do estabelecimento de um Sistema de Avaliação como norteador da ação pública para a educação, não se sustenta. E mais, a definição das políticas públicas para a educação tem seguido outro caminho, diferente daquele declarado pelos governantes. Corroboram com essa assertiva os resultados das avaliações aplicadas pelo Saresp, apresentados pelo próprio governo do estado.

Cumprir afirmar, por fim, que o Saresp, enquanto avaliação de resultados, pouco informa sobre os impactos da educação na vida das comunidades atendidas. Ou seja, esse sistema de avaliação trata, restritamente, da qualidade de um recorte daquilo que se estabeleceu como conteúdo de ensino válido. Essas avaliações, mesmo com alguns questionários periféricos sobre a ação pedagógica e aspectos socioeconômicos dos estudantes, oferecem poucas informações sobre o processo e as condições de implementação da política pública, ou ainda sobre o significado, em termos das mudanças promovidas, dessa ação pública, para a sociedade. Todo esse contexto demonstra que as políticas públicas para educação implementadas, nos últimos anos tem tido acompanhamento precário, permitindo a persistência de programas com pouco ou nenhum impacto na qualidade de educação oferecida pelo estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscou-se apreender algumas características das políticas públicas adotadas pelos governos do estado de São Paulo na última década, com um recorte nas políticas educacionais. A pesquisa documental foi levada a termo, por meio da análise dos programas de Governo, dos discursos proferidos pelos governantes, especialmente nos seus respectivos momentos de posse e, também do Estatuto de Fundação do Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, ao qual os governantes desta década são filiados. Acredita-se que ao realizar a análise desses documentos, foi possível contribuir para o entendimento das diretrizes que nortearam as escolhas dos governantes na adoção das políticas públicas, em geral e de educação, em particular, implementadas por suas gestões.

O ideário social democrático presente no estatuto fundacional do partido, como se observou, nem sempre esteve presente na práxis política dos governos realizados. Haja vista a opção por modelos de gestão econômica e educacional bem mais próximos ao quadro ideológico do liberalismo.

No que diz respeito aos Programas de Governo observou-se, na escolha para a realização de políticas públicas, tendo a política educacional como recorte, o distanciamento entre o discurso e o efetivamente realizado. A análise dos programas revelou inconsistências entre o discurso por uma gestão mais autônoma e uma prática centralizadora, a qual excluiu a participação mais efetiva dos assim denominados agentes de nível de rua. O Programa “São Paulo Faz Escola” é esclarecedor quando a essa centralização de concepção e elaboração dos programas e também das tomadas de decisão, nos momentos de implementação da política pública.

A análise dos discursos de posse também contribui para reforçar esse entendimento, na medida em que demonstrou o saudosismo dos governantes que assumiam o poder, em relação às gestões anteriores, sem qualquer compromisso de autocritica que permitisse correção de percursos erráticos. Aqui, mais uma vez, a manutenção, durante os dez anos analisados pela pesquisa, do Programa São Paulo

Faz Escola, sem a promoção de ajustes significativos de percurso, mesmo em vista das evidências dos pífios resultados apresentados.

Revelou-se ainda os perfis tecnocratas do partido e dos governantes, como se observou, dentre outros, na justificativa de escolha dos secretariados, a qual se ancorou essencialmente na excelência técnica, descuidando assim da propositura mais participativa da sociedade civil como um todo. Também, nas respostas dadas aos conflitos e protestos deflagrados na sociedade civil, o compromisso de gestão participava ficou em segundo plano no exercício da governança, prevalecendo a escolha pela repressão policial.

Finalmente, a análise da elaboração e implementação do Programa São Paulo Faz Escola corrobora esse perfil tecnocrático dos governos paulista desses últimos dez anos. Conforme foi possível atestar nas linhas anteriores, o programa foi concebido e elaborado pelo núcleo duro da área educacional do governo e teve os agentes do nível da rua como meros executores e o Saresp como um norteador declarado de sua implementação. Esse último, ao nos remeter à visão de “Estado Avaliador”, voltado para a redução dos gastos, fiscalização e controle dos resultados das instituições públicas, permite completar a feição tecnocrática das gestões analisadas por esta pesquisa.

Informações adicionais e declaração da autora

Declaração de conflito de interesses (conflict of interest declaration): A autora confirma que não há conflitos de interesse na realização da pesquisa e na redação deste artigo.

Contribuição dos autores

A autora declara que este artigo é parte de pesquisa de autoria única.

REFERÊNCIAS

ALCKMIN, Geraldo. 2010. Coligação Unidos por São Paulo. Propostas Eleição 2010. 05/06/2010. Disponível em: <http://download.uol.com.br/eleicoes/2010/propostas/SP/PSP250000001512.pdf>. Acesso em: 03/12/2018.

ALCKMIN, Geraldo. 2014. Coligação Aqui é São Paulo. Proposta Eleições 2014. http://tucano.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Plano_de_governo_Alckmin.pdf. Acesso em: 05/12/2018.

BOBBIO

ESTATUTO. Partido da Social Democracia Brasileira. PSDB. Com as alterações aprovadas pela XIII Convenção Nacional, realizada no dia 09 de dezembro de 2015 em Brasília.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas. N° 21. Junho de 2000. p. 211-259.

LAMOUNIER, Bolívar. Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo, Loyola. 1989.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17 N° 49. São Paulo. Jun. 2002.

SÃO PAULO. (Estado). Resolução SE n° 27. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. 29 de março de 1996.

SÃO PAULO. (Estado) Notícias. 2007a. SP Lança Agenda para Educação Pública. 21/08/2007. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/sp-lanca-agenda-para-educacao-publica/>. Acesso em: 11/03/2019.

SÃO PAULO. (Estado) Notícias. 2007b. Veja as dez metas do Plano Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/veja-as-10-metas-do-novo-plano-estadual-de-educacao/> Acesso em 12/04/2019.

SÃO PAULO. (Estado). Resolução SE nº 27. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. 29 de março de 1996.

SÃO PAULO. (Estado) Notícias. 2007a. SP Lança Agenda para Educação Pública. 21/08/2007. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/sp-lanca-agenda-para-educacao-publica/>. Acesso em: 11/07/2018.

SÃO PAULO. (Estado) Notícias. 2007b. Veja as dez metas do Plano Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/veja-as-10-metas-do-novo-plano-estadual-de-educacao/> Acesso em 12/07/2018.

SÃO PAULO. (Estado). SE. Proposta curricular do Estado de São Paulo. 2008. Disponível em: http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/PropostaCurricularGeral_Internet_md.pdf. Acesso em: 23/06/2018.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERRA, José. Programa de Governo José Serra 2006. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/grcmoreira/jose-serra-progama-gov-2006>. Acesso em: 05/12/2018.

SILVA, Hilda Maria G. da. O Planejamento do Programa “São Paulo Faz Escola”, a Interdisciplinaridade e a construção de uma política pública para a educação básica no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência em Política e Gestão da Educação no Brasil) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). Public Policy: The Essential Readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.